EDITORIAL: A cultura como campo de disputas

EDITORIAL: Culture as a Field of Struggle

Aguinaldo Rodrigues Gomes[1]
https://orcid.org/0000-0002-2398-8088
http://lattes.cnpq.br/3408519048864585

Miguel Rodrigues de Sousa Neto[2]
https://orcid.org/0000-0001-9672-3315
http://lattes.cnpq.br/1581653418017053

https://doi.org/10.46401/arec.2026.v18.27150

Neste décimo oitavo volume, em seu número 35 (jan.-jun. 2026) de **Albuquerque: revista de Estudos Culturais**, o mote principal é a reflexão de autores de diferentes regiões do país sobre a pedagogia cultural presente nos artefatos culturais concebidos como produtores de sentido e que colocam a cultura como um campo de disputas. O minidossiê intitulado "Representações, mídia e imaginários sociais" parte das seguintes problematizações: Como as linguagens e manifestações constroem representações que impactam o imaginário social e nos fazem pensar sobre a realidade que nos circunda? Qual o papel da carnavalização na inversão da ordem vigente e na catarse coletiva sobre as mazelas sociais impostas ao povo brasileiro, bombardeado pelo canto da sereia fascista que encontra eco na mídia?

Como podemos, depois de anos de barbárie no Brasil e da célebre frase de Adorno — "*Nach Auschwitz ein Gedicht zu schreiben, ist barbarisch*" que, traduzida, significa "Escrever poesia depois de Auschwitz é bárbaro" —, pensar com o próprio

1 Docente do Curso de Graduação em História e do Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). E-mail: aguinaldorod@gmail.com

2 Docente do Curso de Graduação em História e do Programa de Pós-Graduação em Estudos Cul-turais, ambos do Campus de Aquidauana da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). E-mail: miguelrodrigues.snetto@gmail.com

Adorno? Revendo sua posição em textos posteriores, ele ponderou que a dor tem o direito de se expressar e passou a defender que a arte contemporânea precisa justamente confrontar a barbárie, não silenciar diante dela — daí formulações posteriores de que calar-se seria também uma forma de ceder ao horror.

Em diálogo com Mikhail Bakhtin, diante da barbárie, precisamos carnavalizar – mas, sem a esquecer. Para Bakhtin, o carnaval é o momento em que a "segunda vida do povo" se instaura: suspende-se temporariamente a hierarquia oficial, o riso ambivalente destrona o poder instituído, e o corpo grotesco — aberto, excessivo, em transformação — substitui o corpo sério e acabado da ordem cotidiana. É uma inversão que não recusa o mundo oficial, mas o relativiza ao mostrar que a ordem vigente não é natural nem eterna, mas apenas uma forma entre outras possíveis.

Essa é a proposta de alguns dos textos presentes no dossiê. Divino Marcos de Sena, em seu estudo sobre Ladário e a "vida às avessas" entre 1870 e 1953, compreende como esse "avesso" ganha contornos locais e duradouros: um distrito de guarnição militar, marcado pela hierarquia rígida da vida de fronteira e pela presença naval, encontra no carnaval um tempo em que essa ordem se afrouxa. A pergunta bakhtiniana aqui seria: quem pode "descer" e "subir" na hierarquia social durante os dias de folia? A *durée* do recorte (mais de 80 anos) é interessante porque sugere que a suspensão carnavalesca não é um evento isolado, mas uma prática repetida que vai constituindo uma memória e uma identidade local, tornando o carnaval uma instituição paralela à ordem oficial, e não apenas exceção a ela.

Já o artigo sobre a escola de samba Vai-Vai em 2019 é onde a leitura bakhtiniana encontra matização crítica de sua autora, Zélia Lopes da Silva. O enredo daquele ano trouxe tristeza e crítica social explícita ao desfile — o que tensiona a ideia de carnaval como riso libertador e desconcentrado do poder. Bakhtin pensava o riso carnavalesco como algo que não visa a nenhum alvo específico (ao contrário da sátira), mas o carnaval contemporâneo das escolas de samba é, com frequência, ferramenta de denúncia política direcionada. Ou seja: a "suspensão da ordem" no carnaval brasileiro do século XXI carrega uma reflexividade crítica que o modelo medieval/renascentista de Bakhtin não previa exatamente dessa forma — o carnaval passa a ser também discurso, e não só inversão espontânea.

Esses textos lidos em conjunto mostram um arco histórico da carnavalização

no Brasil: de uma suspensão de ordem mais "pura" e localizada (Ladário, séculos XIX-XX) para uma carnavalização que se torna também veículo de fala política e afeto coletivo (Vai-Vai, 2019). Sonho e tristeza coexistindo no mesmo desfile. Isso permite sustentarmos uma tese: o carnaval brasileiro não é só a válvula de escape prevista por Mikhail Bakhtin, mas se transforma historicamente em espaço de enunciação pública, sem perder o traço fundamental da inversão temporária das hierarquias.

Essa mesma inversão, do corpo grotesco e coletivo da rua para o corpo mecanizado e solitário da modernidade urbana, é o que conecta o carnaval a outro imaginário deste dossiê: o de *Metrópolis* (1927), visto por Alcides Freire Ramos e Rosangela Patriota. Se em Ladário e na Vai-Vai a ordem é suspensa para reafirmar, ainda que de forma tensionada, um vínculo comunitário, o filme de Fritz Lang mostra o avesso desse processo, uma modernidade em que a máquina e o organismo se confundem, e na qual terror substitui o riso como resposta à hierarquia.

Do carnaval que inverte para o cinema que explicita o temor, o número da **Albuquerque: revista de Estudos Culturais** já sugere, em suas primeiras páginas, que o imaginário social do século XX oscila entre a festa e o pavor diante da própria transformação, chave interpretativa que também atravessa a leitura de subjetividade e política proposta a partir de *Perto do coração selvagem*, de Clarice Lispector, conforme apresentado no artigo de Victória Paris.

Metrópolis (1927) e *Perto do Coração Selvagem* (1943) surgem em momentos distintos, mas ambos respondem à experiência da modernidade pelo sujeito, um pela alegoria da cidade-máquina, outro, pela introspecção radical de uma consciência feminina em formação. Colocados lado a lado, permitem pensar duas escalas do mesmo problema: a subjetividade esmagada pela engrenagem coletiva (*Metrópolis*) e a subjetividade que se debate para não ser esmagada, de dentro (Clarice). Se em *Metrópolis* o corpo operário é literalmente parte da máquina e perde individualidade, ritmo próprio e linguagem, tornando a política uma anatomia do controle sobre corpos transformados em peças, em *Perto do Coração Selvagem* Joana é o oposto extremo: uma subjetividade que resiste furiosamente a qualquer enquadramento social, familiar ou de gênero através de um fluxo de consciência que recusa a linearidade, que recusa, portanto, a "engrenagem" narrativa e moral esperada de uma mulher em 1943. Se o filme expõe o medo da perda da individualidade para a máquina coletiva, no romance o

Albuquerque: revista de Estudos Culturais. Aquidauana, v. 18, n. 35, jan.- jun. 2026.
e-issn: 2526-7280

temor (e, ao mesmo tempo, so desejo) é da perda do enquadramento social para uma individualidade selvagem e não domesticada. A política em *Perto do Coração Selvagem* é microscópica, ocorrendo nas relações de poder dentro do casamento, da família e da linguagem que tenta nomear (e conter) Joana. É a mesma pergunta sobre poder e dominação, mas deslocada da rua para a consciência, do coletivo urbano para o "coração selvagem" individual.

Por sua vez, os artigos de Alex Filipe Gomes dos Santos e Kevin Franco dos Santos deslocam o olhar do dossiê para a revista impressa como artefato cultural, não um veículo neutro de informação, mas instância ativa de produção de sentidos. Ao analisar a cobertura de *Veja* sobre a criação de Rondônia entre 1980 e 1982, Alex Santos mostra como a revista constrói discursivamente um território e sua gente, emprestando ao "novo estado" os clichês do velho oeste para narrar a ocupação da Amazônia como fronteira a ser conquistada. A revista não apenas noticia, mas fabrica um imaginário nacional sobre o Centro-Oeste e sobre o Norte do país. Kevin Franco dos Santos, ao investigar as publicidades da revista *UFO* entre 1988 e 1991, revela como o suporte impresso comercializa o extraordinário, misturando o discurso ufológico a estratégias de venda que oscilam entre a barbárie anunciada e o fascínio pelo desconhecido. Juntos, os dois estudos evidenciam que uma revista, seja generalista ou de nicho, opera como dispositivo que não apenas reflete, mas constrói realidades, seja a de um estado que nasce nas páginas de uma editora do Sudeste, seja a de um mercado de crenças que se alimenta da própria linguagem publicitária.

A seção de artigos reúne seis estudos que, à primeira vista, parecem dispersos em objeto e método, mas que, juntos, compõem uma reflexão sobre memória, corpo, ensino e resistência nas margens da história oficial. Joab Martins de Lima recupera como os grafismos rupestres foram lidos e relidos por diferentes olhares entre os séculos XVI e XX, mostrando que a interpretação do passado indígena sempre esteve mediada por interesses e enquadramentos do presente. Suyai Garcia Gualda e Luisa Huencho deslocam essa questão para o presente vivo ao analisarem como juventudes e mulheres mapuche reconfiguram a própria organização política da Confederação de Neuquén, lendo a tradição não como vestígio, mas como prática em disputa e atualização constante. Fernando Martins dos Santos permanece no território da memória e do patrimônio, mas volta o olhar para a sala de aula, propondo na Cidade de Goiás um ensino de história que parte do patrimônio cultural como experiência viva, e não apenas

conteúdo a ser transmitido. O eixo do corpo e da vulnerabilidade se constitui a partir do artigo de Antônio de Pádua Bosi, ao tratar do suicídio como processo, um "morrer um pouco a cada dia" que expõe o sofrimento como fenômeno social, e não apenas individual. Os riscos psicossociais são elemento tensionador que aparece realocado no cotidiano escolar, no artigo de Jose Romildo Pereira Lima, Maria Jucilene Lima Ferreira, Tayane Christina Costa dos Santos e Abel Amado Lima de Oliveira sobre o trabalho docente na educação básica. Fechando a seção, Victor Eduardo Chaves e Silva apresenta a renda de bilro feita em Raposa, no Maranhão, como saber manual feminino se convertendo em resistência e economia solidária, reafirmando o corpo, agora produtivo e comunitário, como espaço de enfrentamento.

A seção **Princípios** traz texto de Leonan Erculano Assunção e Andréa Scopel Piol sobre o uso de castigos físicos e morais na educação brasileira do século XIX, práticas já condenadas, mas presentes, no período monárquico da história do país, ocupando inclusive as páginas dos jornais da época. Corpo e mente, açoitados no ambiente educacional, retornam às páginas de **Albuquerque**.

Do grafismo rupestre ao bilro, do coletivo mapuche à sala de aula, do sofrimento silencioso do suicídio ao adoecimento silencioso de quem ensina, os sete artigos convergem numa mesma pergunta: como corpos, memórias e práticas pedagógicas historicamente subalternizadas inventam, criam, cada uma a seu modo, formas de persistir diante da barbárie do capitalismo *gore*? O conceito de capitalismo *gore*, cunhado por Sayak Valencia em *Capitalismo Gore* (2010), descreve a violência explícita e o desmembramento de corpos como espetáculo e mercadoria, produtos das economias precárias e ultraviolentas nas periferias do capitalismo global, com corpos tornados descartáveis, quando não literalmente destroçados, para sustentar economias informais e ilegais. Será que o adoecimento docente pode ser lido como uma forma institucionalizada da mesma lógica, não o desmembramento físico, mas o esgotamento sistemático de corpos tornados descartáveis por precarização, sobrecarga e desvalorização do trabalho?

Neste número recusamos uma perspectiva dos Estudos Culturais focada só na representação, e insistimos na materialidade dos corpos que sofrem, sonham e resistem — a partir de suas mentes e de seus corpos — à barbárie contemporânea. **Albuquerque: revista de Estudos Culturais** quer se colocar como um espaço de debate que nos desperte desse "flerte com o abismo" que se apresenta como

Albuquerque: revista de Estudos Culturais. Aquidauana, v. 18, n. 35, jan.- jun. 2026.
e-issn: 2526-7280

perigo real de destruir a democracia, os direitos básicos e a paz social ao seguir ideias extremas que dilaceram os mais vulneráveis.

Como equipe editorial, propomo-nos a seguir o plano da *Odisseia*: não tapar os ouvidos com cera, ignorando as sereias (as mídias fascistas), mas amarrar-nos ao mastro, como Ulisses, para não nos atirarmos nesse mar revolto de insensibilidade para com a arte e a vida. O gesto representa o reconhecimento da própria vulnerabilidade humana diante dos desejos destrutivos e a certeza de que só se resiste ao canto da sereia estando atados a algo maior que o impulso do momento. Sigamos, coletivamente, para um futuro de democracia mais pujante, de mais justiça social, de mais acesso às benesses que a vida em sociedade pode e deve oferecer aos seus integrantes. Recusemos, veementemente, a barbárie. Que nossa pulsão de vida, coletiva, vença.

Boa leitura!